



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Ata

ATA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO BAIXO RIO GRANDE – GD8 Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande – GD8, realizada no dia 14 dezembro de 2021 por meio da plataforma digital *TEAMS*. Às 09h35min reuniu-se o Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande – GD8 comparecendo os seguintes Conselheiros Titulares e Suplentes. Representantes: **PODER PÚBLICO ESTADUAL**; Hideraldo Buch (SRS de Uberaba), Aramísio Vaz Júnior (IMA), Robson Rodrigues dos Santos (IGAM), **PODER PÚBLICO MUNICIPAL**: Marcelo Jabur Maluf Amorim (Prefeitura Municipal de Itapagipe), Regiane Ferreira Barcelos (Prefeitura Municipal de Comendador Gomes), Amada Bessa Pacheco (Prefeitura Municipal de Sacramento). **USUÁRIOS**: Adalberto Azeredo Rodrigues (FURNAS), Joelma Mendes Gomes (Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava), Vanessa Vaz de Oliveira (CODAU), Francielle Oliveira Silva (Mosaic Fertilizantes P&K Ltda.), Gislandro Hudson Torres Gonçalves (FIEMG), Aristoclides Cançado Costa (Usina Coruripe Açúcar e Álcool – Filial Iturama), Oscar Alexandre C. Eichel (CANACAMPO), Marco Tulio Machado Borges Prata (Sindicato dos Produtores Rurais de Uberaba), **SOCIEDADE CIVIL**: Vera Lúcia Abdala (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro), Leonardo Campos de Assis (UNIUBE), Nayara Xavier Lavagnoli (APEA-TMAPS), Fausto José Silva (SINDÁGUA), Marizélia Gomes Costa do (Instituto Agronelli). **ITEM 01** – Abertura e verificação do quórum; **Hideraldo Buch (SRS UBERABA)** inicia a reunião as 09:35 passou a palavra para **Robson (IGAM)** fazer uso da palavra, **Robson (IGAM)** cumprimenta a todos desejando uma excelente reunião e registra a presença **Felipe (IGAM)**, Gerente de instrumento econômico de gestão, que estará acompanhando sobre a Deliberação Normativa em pauta, **Buch**, pede para membros da diretoria **Hudson, Marinho, Marizélia e Daniel** fazerem suas considerações iniciais, solicita ao secretário **Daniel** a verificação do quórum, **Hudson(FIEMG)** informa que a reunião conta com 15 presentes, sendo o quórum com 17, **Hideraldo Buch (SRS UBERABA)** inicia a reunião, visto que as deliberações serão no item 06. **ITEM 02** – Informes dos Conselheiros; **Buch** abriu a palavra aos conselheiros, sem inscrições, **Buch** informou sobre o Plano Nacional dos Recursos Hídricos que está sendo discutido desde março de 2021, o qual irá impactar os comitês de todo o país e a política estadual de recursos hídricos, ou seja, assim que o plano for deliberado e aprovado pelo Conselho Nacional dos Recursos Hídricos, entende-se que as Leis estaduais terão que se adequar ao novo plano. Essa semana, está sendo feito consolidações de dados iniciais, com a participação de comitês de bacias, organizações não civis, das universidades, de várias entidades que estão participando ao longo dessa construção. Está previsto para março de 2022, o Conselho aprovar o novo Plano Nacional dos Recursos Hídricos. O Governo Federal soltou um projeto de Lei nº 4546 que traz a política nacional de infraestrutura hídrica, referente ao novo marco hídrico, exploração de prestação serviços e que altera a lei 9433/97. Este PL esta sendo discutido em no FNCBH, entidades ligadas a Recursos Hídricos para saber qual o impacto desse PL na gestão de recursos hídricos no Brasil. Ainda Buch informou, que na última reunião no Fórum Mineiro de CBHs, foi eleita a nova coordenação do Fórum Mineiro para 2022-2023, Coordenador Geral é o Wilson Acácio, do CBH Rio Preto e Paraibuna em Juiz de Fora/MG, 1º coordenador adjunto, Altino, Comitê SF4 Entorno da Represa de Três Maria e 2ª Coordenadora Adjunto, Nádia, CBH Caratinga, afluente Rio Doce. **Buch** encerra os informes e abre a palavra para os conselheiros. **Robson (IGAM)**, informa que em 10/11/2021, o Comitê do Rio Grande, voltou as suas atividades com a posse dos novos membros para a gestão 2021-2025, com a eleição da diretoria, cujo presidente eleito foi, **Hideraldo Buch (SRS UBERABA)**. **Buch** agradeceu a todos pela confiança, informou que teve eleição, foi chapa única, chapa de consenso, estamos a frente do Grande com diretoria forte, já tivemos reuniões com a diretoria, com a Agencia Nacional Águas (ANA), colocando pontos extremamente importantes, principalmente a questão de FURNAS, como a recuperação das águas, ecossistemas e o turismo. Buch informou que houve a eleição para a nova Coordenação do

FNCBH, sendo eleito o Sr. Luis Carlos de Sergipe como Coordenador, Sr. Rodrigo de São Paulo, como 1º Coordenador Adjunto e Leonice Tuffo do Mato Grosso como 2ª Coordenadora. **Adalberto (FURNAS)**, pergunta se o mandato dos conselheiros do GD8 vence em 2022, **Robson(IGAM)**, explica que sim, que vence em Julho de 2022 e que o IGAM já está no processo de elaboração do edital para que os comitês publiquem e convoquem as eleições, para que os interessados possam participar das próximas gestões, ele complementa que o edital já está pronto mas que está com necessidade de fazer uma alteração na DN69 do conselho que determina as diretrizes dos regimentos internos, tem uma questão que está sendo revista, por isso não foi publicado mas em breve o IGAM deva soltar esse edital junto aos comitês. **ITEM 03** – Aprovação da Ata 4ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande – GD8; **Buch**, colocou em apreciação a ATA para a Plenária fazer suas contribuições, discussões e aprovação, **LEONARDO (UNIUBE)** faz uma ressalva, que na linha 153 a palavra informática deva ser alterado para informativo. **Buch** solicita ao Daniel que faça a alteração, Daniel informa que foi alterada, sem mais inscritos, a ATA é colocada para aprovação, **APROVADA**. **ITEM 04** – Apresentação Projeto: Recuperar e monitorar nascentes para aumentar a vazão no Rio Uberaba – Marizelia Costa – Instituto Agronelli – Edital Água Mosaic - 2021. **Buch**, passa a palavra para a conselheira Marizelia Costa, agradecendo a oportunidade de trazer um projeto importante para a apreciação de todos os presentes. **Marizelia (Instituto Agronelli)**, agradece a oportunidade ao conselho de proporcionar a apresentação de um projeto que está sendo desenvolvido em recuperação das nascentes e monitoramento das águas para o Rio Uberaba, Marizelia informa que o projeto foi inscrito no edital da Água Mosaic de 2021 e foi contemplado, o objetivo é mapear e monitorar nascentes e aplicar ações de recuperação com intuito de aumentar a vazão para os córregos Borá e Borazinho que são afluentes do Rio Uberaba que abastece o município, com os objetivos específicos de mapear as nascentes da fazenda, aplicar um Protocolo de Avaliação Rápida para diagnóstico ambiental das nascentes, monitorar a vazão dos córregos e a água subterrânea ao longo de um ano hidrológico, propor um modelo simplificado de gerenciamento de recursos hídricos que possa ser extrapolado para outras pequenas bacias e propiciar visitas de alunos na fazenda, a fim de realizar atividades de Educação Ambiental, o projeto tem a parceria direta da Universidade Federal do Triângulo Mineiro(UFTM) e do Núcleo de Sustentabilidade e Educação Ambiental-NUSEA/UFTM, **Marizelia** pontuou que o grande desafio na execução do projeto é a crise hídrica, registrada como a maior dos últimos anos, citando a transposição necessária do Rio Claro para o Rio Uberaba, que no ano de 2021 foi antecipada o acionamento em 73 dias relacionando com os anos anteriores, outro desafio é o retorno das aulas presenciais para que possa ser realizadas as visitas de alunos no projeto devido a situação que todos estão passando referente a nova CEPA do Coronavírus, **Marizelia** apresentou em imagens a área onde está sendo desenvolvido o projeto e ressalta que a Fazenda é aproximadamente 800 hectares e que desses, 300 hectares são cedidos ao Instituto Agronelli para desenvolvimento de projetos ambientais onde está sendo desenvolvido esse projeto, **Marizelia** ainda ressalta a importância desse projeto para comprovar cientificamente pela academia todo o trabalho que já vinha sendo feito pelo Engenheiro Agrônomo, Marco Tulio Paolinelli, pois essas medições até então eram feitas manualmente e com esse projeto foi possível comprar equipamentos para registro e comprovação das técnicas aplicadas, como curva de nível, bolsões e reflorestamento que contribuem para o aumento da vazão de água e recuperação de nascentes no local, **Marizelia** agradece a oportunidade e se coloca à disposição da plenária. **Buch** agradece a apresentação. **ITEM 05** – Formação/composição do Grupo de trabalho para monitoramento do Protocolo da Governança das Águas. **Buch**, informa que o termo já está pronto, faltando somente a assinatura do **Hudson (FIEMG)**, **Marizélia (Instituto Agronelli)** e **Marinho (Prefeitura de Sacramento)**, e fazer a composição do grupo, na ATA na linha 108, como proposta do **Robson (IGAM)**, foi definido a representação de 2 pessoas por seguimento para otimizar os trabalhos, assim, foi aprovado 8 pessoas no grupo, sendo, **PODER PÚBLICO ESTADUAL**; Hideraldo Buch (SRS de Uberaba), **PODER PÚBLICO MUNICIPAL**, Prefeitura Municipal de Comendador Gomes, ficou de trazer um nome hoje, **USUÁRIOS**: Gislandro Hudson Torres Gonçalves (FIEMG) e Oscar Alexander C. Eichel (CANACAMPO), **SOCIEDADE CIVIL**: Leonardo Campos de Assis (UNIUBE) e Marizélia Gomes Costa (Instituto Agronelli). Por tanto, ficou faltando dois nomes, um para poder público municipal e outro estadual para fechar os 8 nomes para oficializar ao observatório das águas junto com o termo de adesão, **Robson(IGAM)** se manifesta explicando à dificuldade de participação do IGAM pois são vários grupos e câmaras que ele já participa deixando aberto para os pares do poder público se manifestarem, **Buch** informa que não tendo manifestação ficará fechado esse grupo apresentado, **Robson(IGAM)** sugere que seja enviado um ofício para o Poder público municipal e

estadual dizendo que tem vaga aberta, que caso seja possível os órgãos indicarem um representante, pois não estão todos presentes, mas que isso não impede que esse grupo seja fechado e comece os trabalhos. **Buch** informa que será fechado os seis nomes e irá enviar os e-mails com ofícios para os poderes públicos estadual e municipal e irá aguardar para a manifestação de nomes em 10 dias, caso não se manifestem, será enviado o ofício com a indicação dos seis nomes junto com o termo de adesão assinado pela diretoria e encaminhará para Observatório das Águas. **ITEM 06** – Aprovação da Deliberação Normativa da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no CBH GD-8 – CTOC, **Buch** passa a palavra para **Hudson (FIEMG)** e **Robson (IGAM)** para dar seguimento. **Robson** informa que deixará para o coordenador da câmara, Hudson, fazer a explanação e que caso necessário ele e o **Felipe (IGAM)** está disposição para o suporte. **Hudson (FIEMG)** agradeceu o apoio integral do **Robson (IGAM)** e equipe do IGAM durante as tratativas, que a condução do trabalho se deu com participação e contribuição do Poder Público Municipal, Estadual, Usuários e Sociedade Civil, que houve integração das discussões com as demais CTOCs dos afluentes do Rio Grande (GD-1 a GD-8) e que o texto final da CTOC/GD-8 foi elaborado de comum acordo com as diretrizes da Deliberação Normativa nº 68/2021. **Buch** manifesta dizendo que esse grupo GT cobrança e solicita ao Robson fazer um balanço como estão os andamentos. **Robson(IGAM)** manifesta que iniciou a discussão em 2018, em um seminário de integração em Lavras, relacionado a gestão dos recursos hídricos nas Bacias do Grande em lavras e a partir desse seminário surgiu uma agenda de trabalho e o principal ponto dessa agenda de trabalho, foi a implementação da cobrança nos afluentes da bacia do grande, a partir daí foi criado um GT em conjunto dos 8 comitês que teve a participação de 2 representantes de cada comitê do grande, esse GT fez um trabalho de um ano paralelo a discussão do conselho estadual que estava sendo discutido sobre e as diretrizes da cobrança no estado esse GT concluiu o trabalho meados de 2020 a partir daí, desse relatório do GT e com a publicação da deliberação 68 do Conselho estadual as câmaras técnicas dos 8 comitês começaram fazer as discussões em cada comitê, o IGAM vem dando esse apoio mensalmente desde o início da discussão nas câmaras técnicas, vem sendo feito reunião em conjunta com os coordenadores para alinhamentos necessários e a grande parte dos comitês chegaram a esse resultado inclusive alguns comitês já deliberou, como o GD2 e GD3, grande parte dos comitês chegaram a conclusão de seguir a DN 68 do conselho estadual, que está sendo colocado para vocês, é uma oportunidade do comitê estar deliberando sobre a cobrança se os comitês não decidirem dentro prazo o decreto diz que a cobrança será implantada pelo estado, sendo oportuno para o comitê do GD8 faça essa discussão que a decisão saia da plenária, a DN que a câmara trabalhou está alinhada com a DN do conselho estadual, faço uma observação como conselheiro de uma nota técnica do IGAM que recomendando a não utilização do K gestão uma vez que conselho estadual em sua DN 68 não utilizou desse instrumento, muito em função dos normativos e legislações que ultimamente tem de certa forma garantido os repasses dos recursos da cobrança. Robson pede que Hudson ou Felipe coloque essa questão sobre a nota técnica para o não uso do K gestão recomendado pelo IGAM. **Hudson (FIEMG)** passa a palavra para **Felipe (IGAM)** para suas considerações. **Felipe (IGAM)**, cumprimenta a todos e se apresenta como gerente instrumentos econômicos de gestão do IGAM que é responsável pela cobrança dos recursos hídricos, vou comentar sobre a nota técnica e da DN apresentada e os procedimentos, o GT constrói Minuta de deliberação que passa por nós antes da deliberação da plenária para que possamos fazer as considerações por meio de nota técnica o que temos recomendado é que se a DN discutida no grupo de trabalho ela for igual os mecanismos propostos pela DN 68 conselho estadual dos recursos hídricos é que nem precise da nossa nota técnica, a nossa nota viria após a aprovação da plenária que juntaria a nota com o parecer jurídico para aprovação no conselho, quando tem algumas modificações como preço ou metodologia, pedimos que nos envie para que faça as considerações para que não seja aprovado algo que por ventura não recomende tecnicamente, com relação a DN do GD8, a única consideração que fizemos é exatamente sobre o K gestão, que tem duas explicações a qual recomendamos a sua exclusão, a primeira delas e pela questão dos coeficiente da formula, a metodologia que o conselho aprovou ela prevê simplificação e um dos princípios da metodologia, então todos os coeficientes que tínhamos na metodologia de cobrança ele não existe mais, podemos fazer diferenciação em relação ao enquadramento, mas não na forma de coeficiente, para ficar mais transparente a forma, além dessa questão da presença do k gestão e ele ser um coeficiente nós temos também o novo decreto 48160 de 2021 que regulamenta a cobrança, ele instituiu a cobrança em todas as bacias hidrográficas de minas gerais dando um prazo de 2 anos para que os comitês discutam a sua implementação em suas respectivas bacias e caso não seja feita nesses dois anos, a cobrança passará a valer no comitês nos moldes da DN 68, aprovada pelo conselho, então como tínhamos antes uma faculdade de implementar

uma cobrança , hoje ela passa a ser obrigatória, claro que ela passa pelos comitês, mas ela não é mais como a questão de lei estadual de 99 e apenas 12 implementaram a cobrança do 36 que temos, a nossa perspectiva é que daqui a dois anos todos os comitês tenham implementado esse instrumento de gestão, até por isso mesmo k gestão se torna in loco, uma vez se por exemplo, o comitê delibere k gestão igual a 0, isso implicaria em uma ausência de cobrança na bacia, isso estaria contra a legislação que institui a cobrança de forma obrigatória como instrumento de gestão em todo estado, por esse motivo e por simplicidade na formula, por isso sugerimos a supressão desse termo na formula e outros terminologias que reportam a k gestão na metodologia, como mostro para vocês no Art. 8 que fala metodologia e a primeira parte é a formula que seria o total da cobrança, seria o valor captado mais o valor lançado que está previsto na DN do conselho, o que tem a mais nessa deliberação é o multiplicação do k gestão, que ele é igual a 1, ou seja a cobrança existe, porque vai multiplicar por um valor ou ele é igual a 0, nos termos que a DN coloca quando não há a contingenciamento ou não há repasse pelo estado, então esse k gestão, que colocamos para suprimir ou outros termos me mencionam sobre ele na DN, de resto toda metodologia toda construção da DN está idêntica a DN 68 aprovada pelos Conselho Nacional dos Recursos Hídricos e por isso recomendamos a aprovação desde que o K gestão seja suprimido da DN, com relação a metodologia é isso não temos mais o que acrescentar, com relação os tramites, após a aprovação na plenária da DN de cobrança iremos juntar a nossa nota técnica e o parecer jurídico e pautar para conselho estadual de recursos hídricos aprovar a deliberação, vale destacar que a cobrança só inicia de fato na bacia no ano seguinte após a aprovação pelo conselho se a DN for aprova no conselho ano de 2022 a cobrança só inicia em 2023, teremos o ano de 2023 inteiro para a cobrança e só em 2024 que cobramos o ano de 2023 então a arrecadação de fato para investimento na bacia do dinheiro arrecadado só viria para a bacia em 2024 sendo a Deliberação aprovada no próximo ano. **Felipe (IGAM)** termina sua explanação e se coloca a disposição. **Hudson (FIEMG)** dirige uma pergunta ao **Robson (IGAM)** sobre o a discussão da cobrança dentro da CTOC que tinha um cronograma de fazer a discussão de junho e a entrega dessa discussão em dezembro e houve a mudança por parte do IGAM, como iremos conduzir a nova data até para ser submetido ao conselho estadual de recursos hídricos. **Robson (IGAM)**. Na verdade, a ideia era ser deliberado nos comitês em agosto, mas não foi possível, assim vocês conseguem deliberar nas câmaras para apresentar em dezembro isso não prejudica, já está na pauta para deliberação do comitê, se o comitê deliberar hoje o **Felipe (IGAM)** já dará os encaminhamentos para a primeira reunião do conselho estadual que deva acontecer em março. Se tivéssemos passado ela no comitê ainda esse ano, a bacia já iria contar com a arrecadação em 2023, mas não foi possível, o importante é o conselho deliberar, mas um detalhe, com a deliberação do comitê e do conselho a todo um processo de comunicação na bacia, divulgação aos usuários antes do início da cobrança e previsto na legislação que a necessidade do comitê fazer um trabalho com apoio do órgão gestor de informar a todos os usuários e aqueles que irão pagar pelo recurso hídrico e também para a bacia da implementação do instrumento, isso após a deliberação do conselho. **Hudson (FIEMG)**, agradece e diz que é somente para deixar claro essas questões de datas para os conselheiros ficarem cientes que houve essas alterações e estamos dentro do rito de entrega e deliberação junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **Hudson (FIEMG)** passa para **Adalberto (FURNAS)**, que pediu a palavra e questionou como vai tratar a questão da geração da usina hidrelétrica, **Felipe (IGAM)** explica que a cobrança até então, não se aplica para as Usinas hidrelétricas por legislação própria a nível federal. **Adalberto (FURNAS)** pontua que a hidrelétrica tem uma legislação própria, a dúvida é que na DN apresenta quem são os consumidores, para quem é o uso e tem para geração hidrelétrica depois vai lá na frente e fala para todos que utilizam, e depois não é citado mais nenhuma foram de geração hidrelétrica, sugestão se valer a pena e na nota técnica colocar que na geração hidrelétrica tem a legislação própria. **Robson (IGAM)** disse que a contribuição do conselheiro é pertinente, mas no meu entendimento não há necessidade em função de que a DN além dela seguir exatamente a DN do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos e ter sido discutido inclusive com o setor, inclusive da energia, apesar do conselheiro realmente pairar essa questão, mas eu não vejo necessidade dessa questão, tanto quem vai pagar e quem vai cobrar, quem vai operacionalizar essa cobrança, só irá cobrar de fato aquilo em cima daquilo que está previsto em lei, e a cobrança do setor hidrelétrico tem toda legislação específica federal, então o risco de se cobrar setor de cobrar do setor hidrelétrico é zero, pode sim surgir duvidas de algum usuário do setor imaginar que tem que se pagar, mas o risco de se cobrar e zero devido o setor hidrelétrico ter sua legislação não permite. **Adalberto (FURNAS)** pede um comentário, ressalta que risco 0 em nossa país que a gente vive, não existe, o que é hoje não é amanhã, vamos ouvir a opinião do Felipe. **Felipe (IGAM)** manifesta

concordando com a fala do Robson e reforça, não vejo a necessidade porque o IGAM cobra pelos usos outorgados consultivos das águas. Robson (IGAM) reforça ao conselheiro que caso ele queira colocar em destaque que fique à vontade para fazê-lo. **Adalberto (FURNAS)** reforça que está entendido e respondido para ele que irá reportar dessa forma para os seus superiores e que por ele não necessita de destaques. **Robson (IGAM)** quero fazer um complemento a minha fala quando disse que há um risco zero, concordo com o conselheiro que as coisas não podemos se afirmar dessa forma, quando falei que não há possibilidades de cobrado é aqui na bacia do GD8 na cobrança estadual provavelmente o setor hidrelétrico já paga função de outra legislação federal por isso mesmo não é incluído em na cobrança do estado. **Buch**, devida as considerações e explicações abre para os conselheiros que queiram fazer mais considerações para levar a aprovação, sem manifestações. **Buch** coloca em aprovação a supressão do K gestão. **APROVADO** a supressão do artigo 8. **Marco Tulio**, manifesta deixar claro que a supressão que foi a provado não será só na fórmula, em toda a DN onde tiver constando esse K gestão será suprimido também. **Robson (IGAM)** sugere que como a supressão do k gestão foi aprovada é importante colocar a norma como um todo. Buch abre votação para item. APROVADA POR UNANIMIDADE. **Buch** e toda diretoria, agradece a toda plenária, ao trabalho feito pelo grupo de trabalho, IGAM, Maria de Lourdes, Marcelo, Marília a todo o grupo que auxiliou na aprovação de instrumento extremamente importante para nossa bacia. Teremos recurso para trabalhar e apoiar projetos, como esse do Instituto Agronelli, iremos enviar essa deliberação para o IGAM para que seja colocado em pauta para discussão e aprovação no conselho estadual. **Robson (IGAM)** parabeniza todo o comitê pela aprovação pela participação do **Hudson (FIEMG)** e **Oscar (CanaCampo)** pelos todos os trabalhos na câmara técnica. Sugere que envie a DN no SEI para o Felipe dar uma olhada antes das assinaturas. **Hudson (FIEMG)** destaca a presença da Guilhermina (Poder Público Estadual) Marinho (Poder Público Municipal), Oscar e João Henrique (usuário) Vanessa (CODAU), Leonardo (Uniube) e Nayara, membros ativos na câmara que sempre teve quórum, cada um teve sua contribuição fundamental para conseguir modelar um instrumento fatível ao GD8. **Buch** ressalta que todo o comitê fica feliz pois nesse grupo teve a participação dos usuários, por isso considera que não teve contrário a essa deliberação. Os encaminhamentos da entrega da Deliberação Normativa da Cobrança pelo Uso da Água no GD-8 serão direcionados para o **Felipe (IGAM)**. **ITEM 07** – Definição calendário de reuniões para 2022, **Buch** informa que não foi feito um calendário, devido a situação da pandemia e da nova cepa do coronavírus que está surgindo, a diretoria se reuniu e está propondo apenas definir a primeira reunião para o dia 08 de março, será definida o modelo presencial ou remota, **Buch** abre para os conselheiros se manifestarem, **JOELMA (UHE-Igarapava)** se manifesta que para a UHE Igarapava a preferência é que seja remota, por otimizar mais o tempo e transporte, **Aristóclides** se manifesta para ser presencial e caso a situação no momento não permita, que seja transferida para remota, **Hudson** registra que a **Joelma e Naiara** registraram a opção de ser remota, **Adalberto (FURNAS)** propõe que a primeira reunião seja remota e como ainda não tem o calendário de todo ano, na primeira reunião faremos o calendário e colocamos uma presencial, explicando e concordando com a **Joelma** sobre a otimização do tempo, principalmente para quem está fora da cidade e que em março faremos o calendário anual e veremos como está a situação do momento para marcar reuniões presenciais. **Robson (IGAM)** concorda com Adalberto (FURNAS) e Joelma sobre a otimização de tempo nas reuniões virtuais, ressalta que sabe o quão importante é a presencial inclusive seguindo os protocolos e reafirma que poderia deixar em aberto se será presencial ou virtual, e na véspera conforme a situação, mas que seria bom a primeira ser virtual, **LEONARDO (UNIUBE)** consulta se teria condições de disponibilizar as reuniões em sistema híbrido, para que possa ser atendido as condições de deslocamento para quem está fora da cidade, para isso teria que propiciar uma estrutura, como vídeo, tv câmera, talvez não para essa primeira, mas seria uma sugestões avaliar a possibilidade talvez não para essa primeira mas para as demais e dar essa oportunidade para quem tem dificuldade de deslocamento, **Robson**, diz ao professor que foi muito bem colocado, que é uma ótima sugestão, mas não vê como o comitê trabalhar de imediato em cima dela, por questões operacionais e técnicas o comitê e o IGAM não têm estrutura para fazer reunião híbrida, mas é uma situação que veio para ficar e até acredita que hora que os comitês estiverem com a cobrança implementada e tiver a entidade de bacia ira facilitar muito a questão operacional dos comitês, a exemplo do processo eleitoral do São Francisco a reunião de posse dos conselheiros a Agência de Peixe Vivo fez de forma híbrida apesar de ter algumas problemas técnicos mas foi uma experiência bem interessante, mas tentamos fazer no Grande não foi possível, por questões técnicas, mas será o nosso futuro em algum momento terá que pensar nisso em termos de estrutura que os comitês possa trabalhar em cima dessas situações. Buch sugere a que a diretoria avalie a modalidade

presencial ou remota. Sugestão APROVADA. **Robson (IGAM)** manifesta para atentar para a aprovação do calendário tem que ser anual, informada que tem que ser regimental e que poderíamos aprovar um calendário e se for necessário altera as demais datas. **Buch** apresenta uma minuta com as datas, 09/03/22; 03/05/22; 05/07/22; 13/09/22 e 22/11/22, caso haja necessidade de reunião extraordinária, comitê poderá fazer. **Buch** leva à regime de votação apenas para definição de datas, salvo se será presencial ou remota, APROVADA. **ITEM 09** – Encerramento, Buch passa para a diretoria fazer suas considerações. **Hudson (FIEMG)**, agradece a presença de todos, visto o avanço dos nossos trabalhos, agradecer a paciência a dedicação a benefício do nosso comitê. **Buch** passa a palavra solicitada para Adalberto (FURNAS), **Adalberto (FURNAS)** Parabeniza a Marizélia pela apresentação, achei que ficou bacana pra caramba, o trabalho é muito legal, eu fico morrendo de inveja quando eu vejo um trabalho eu já trabalhei com isso a muito tempo, me dá muita nostalgia muito saudade, não quis fazer o comentário na hora pra não alongar muito mas como estamos no final eu queria mesmo parabenizar e agradecer a disponibilidade e oportunidade de apresentar, somente um comentário aqui, quando eu trabalhei em recuperação de nascentes em Franca há muito tempo e você aparentou um desenho dizendo que irá recuperar uma nascente, e quando a gente recupera uma nascente brotas um monte ao lado, você vai ver que é muito legal, por isso que eu falei que fico com inveja de um trabalho desse, mas é uma inveja legal, Parabéns, obrigada um abraço a todos. **Marizélia**, agradece ao Adalberto (FURNAS), conheço pouco do seu trabalho também aos bastidores, fico muito feliz com o reconhecimento e com as considerações, corre na veia o nosso trabalho, e ficamos satisfeitos com o nosso trabalho, esse projeto irá até julho de 2022 pelo edital e prometo falo um compromisso trazer aqui para a apreciação de todos alguns resultados obtidos, Agradeço a todos pela pelo grande trabalho que nos fizemos em 2021, pela participação de todos vocês, pela reunião de hoje que foi muito importante para todos nós, desejo uma excelente passagem de 2021 a 2022, bom Natal que Deus abençoe e proteja todos nós, um ano novo repleto de saúde e muitas conquistas e realizações, continue com nossos cuidados nos encontros com nossos familiares e amigos, para superarmos mais ainda toda a situação, **Robson**, agradecer e parabenizar a todos o comitê a diretoria, essa reunião de hoje é um marco, não só pela implementação de cobrança mas a bacia precisa de projetos como esse apresentado pela a Marizelia.



Documento assinado eletronicamente por **Hideraldo Buch, Presidente(a)**, em 05/05/2022, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marinho Martins Severino Segundo, Secretário(a)**, em 11/05/2022, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **46026154** e o código CRC **6093CDA3**.

**Referência:** Processo nº 2240.01.0004019/2022-44

SEI nº 46026154